

■ NACIONAL

Acordo com FMI define o ajuste fiscal

Mônica Izaguirre, Maria Helena Tachinardi e Vicente Nunes de Brasília e Washington

(Continuação da página A-1)

Afinal, sem sinalização positiva da base quanto à viabilidade de aprovação das medidas que precisarão passar pelo Congresso, o governo não se arriscaria a anunciar um ajuste tão expressivo. Malan conseguiu apressar o processo de ajuste depois que a crise Russa agravou-se em agosto, complicando o quadro internacional para países emergentes como o Brasil.

O presidente e o ministro Pedro Malan deverão apresentar a versão final das medidas fiscais aos líderes partidários da base aliada antes de encaminhá-las formalmente ao Congresso. Para tanto, haverá uma reunião com os líderes semana que vem, disse o porta-voz Sérgio Amaral. A reunião estava prevista para hoje mas foi adiada.

Malan reuniu-se ontem pela manhã com Fernando Henrique, ocasião em que fez uma exposição preliminar do programa fiscal e das medidas para viabilizá-lo. O detalhamento das propostas seria encaminhado só à noite. Depois da reunião da manhã, Malan recebeu sinal verde para seguir em frente e, à tarde, saiu então um novo comunicado conjunto com o FMI.

Desde sábado, uma delegação chefiada pelo secretário executivo Pedro Parente, segundo na hierar-

quia da Fazenda, estava em Washington, discutindo o ajuste com o FMI. Também participaram das reuniões, segundo o comunicado emitido, o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos deverão ajudar a compor o pacote de apoio financeiro ao Brasil. Poderão vir recursos também do G7 (sete países mais ricos) e, eventualmente, de bancos privados. Para tanto, as conversas prosseguirão, disse Parente.

O governo brasileiro convenceu o FMI de que, com as metas, o setor público será capaz de estabilizar o valor de sua dívida líquida relativa-

FHC e Malan deverão apresentar a versão final das medidas aos líderes aliados antes de encaminhá-las ao Congresso

mente ao PIB a partir do ano 2.000. Do final de 1996 a julho de 1998, a dívida saltou de 33,3% para 38,6% do PIB. O programa aceito pelo FMI pressupõe também compromisso com redução de juros, disse o porta-voz Sérgio Amaral. O governo sabe que precisa reduzir as taxas para fazer cair o déficit global do setor público (nominal), que inclui juros e deverá chegar a casa dos 8% do PIB este ano.

Parente disse em Washinton que, além do entendimento sobre as metas, o governo conseguiu definir um ponto de partida (baseline) sobre a situação fiscal do País, isto é, sobre "as medidas de políticas necessárias" para alcançar os resultados primários pretendidos.

A missão técnica chefiada por Pa-



Pedro Malan

rente concluiu ontem discussões com o Fundo, BIRD, BID e Departamento do Tesouro dos EUA. "Foi mais uma etapa vencida no trabalho de preparação técnica para se chegar a um futuro e próximo entendimento", disse. A concordância do FMI com a trajetória de superávit primário foi importante, segundo Parente, porque "o programa tem necessariamente de ser baseado em reformas estruturais". Para ele, "não há dúvida" de que as instituições internacionais apoiarão o programa brasileiro como um todo, incluindo as reformas.

Parente salientou que "esta é uma

estratégia brasileira para sair da crise", o que "é muito relevante" para equacionar, de uma vez por todas, a questão fiscal e sustentar a estabilidade "conquistada a tão duras penas".

As medidas de ajuste levam em conta uma contração da economia brasileira, mas Parente disse "que ainda não há uma posição final decidida" sobre o crescimento do PIB para o ano que vem. "Todos concordam que o crescimento econômico não será aquele embutido na proposta orçamentária brasileira, de 4% do PIB em 1999", disse. De acordo com Parente, a previsão para este ano é de aumento de 1% do PIB.

O mercado reagiu bem à aprovação das medidas fiscais pelo presidente, com as bolsas de valores em alta e as taxas de juros em baixa. "Há, sim, um otimismo, mas não um clima de euforia", disse um diretor do Citibank, segundo o qual a confiança no ajuste é maior que há duas semanas. A sensação é de que, finalmente, o governo está pronto para sair do discurso para a prática.

Na opinião do diretor de Tesouraria do Credibanco, Paulo Oliveira, a intensidade do ajuste proposto só tem uma justificativa: não há outra saída para o País. Ou se faz o equa-

cionamento das contas públicas agora, ou o País quebra. "O ajuste é fundamental para que o governo possa reduzir as taxas de juros e afastar as pressões por mudanças na política cambial", afirmou Oliveira. São esses fatores que irão, segundo ele, restabelecer a confiança dos investidores no Brasil e normalizar o fluxo de capitais.

Na avaliação de Adauto Lima, economista do Lloyds Bank, o fato de o governo saber que não pode decepcionar o mercado fortaleceu a equipe econômica diante de pressões políticas contrárias ao ajuste. Para os analistas, ao avalizar um pacote que prevê cortes até nas áreas sociais, o presidente Fernando Henrique estará dando uma demonstração de que não está preso a interesses políticos.

Adauto Lima disse que a grande maioria do mercado está apoiando as possíveis medidas que poderão fazer parte do ajuste. O governo está vazando várias propostas para sentir a reação dos investidores e do Congresso e a reação contrária tem sido muito pe-

quena, por causa da gravidade da saúde financeira do País.

Líder do governo no Senado, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) acredita na força do governo para aprovar o que necessita no Congresso. Mas ele admite que será necessário um grande esforço das lideranças na arregimentação de deputados e senadores, sobretudo dos que não se reelegeram (40%).

Ontem, além de ter sua proposta de ajuste fiscal bem recebida pelo mercado, o governo recebeu sinais favoráveis dos governos dos estados sobre sua proposta de reforma tributária. "A proposta parece bastante interessante sim", disse o coordenador tributário de São Paulo, Clóvis Panzorini. "O projeto é muito bom", complementou Ednilton Soares, secretário do Ceará, após uma reunião com o secretário adjunto do Ministério da Fazenda, Cincinato Campos. Ambos destacaram, porém, que os estados ainda estão analisando o impacto das mudanças propostas.

*Colaborou Kátia Guimarães, do InvestNews.

O programa aceito pelo FMI pressupõe a redução de juros, necessária para reduzir o déficit global do setor público